

## A oferta de vagas na Universidade brasileira

Alberto Carvalho da Silva

**Como citar:** SILVA, Alberto Carvalho de. A oferta de vagas na Universidade brasileira. *In:* LOUREIRO, Isabel; DEL-MASSO, Maria Candida (org.). **Tempos de greve na Universidade Pública**. Marília: Oficina Universitária, 2001. p. 79-92. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-20-4.p79-92>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# A OFERTA DE VAGAS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Alberto Carvalho da SILVA<sup>1</sup>

O aumento da procura por vagas na universidade brasileira e as medidas para atendê-lo constituem um problema que toca aspectos diversos, inclusive o próprio conceito de universidade estabelecido na Constituição de 1988 em seu artigo 207. A obediência fiel ao princípio de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão explícita nesse artigo reduziria consideravelmente o número atual de universidades concentrando ainda mais a procura nas que sobrevivessem.

Entre os aspectos a serem considerados nas medidas para atender ao aumento crescente de inscrições nos exames de acesso ao ensino superior merecem destaque: a diferença na capacidade de absorção entre instituições de ensino privadas e públicas; as diferenças regionais e na preferência por área de conhecimento; a perda de qualidade no ensino básico público; o alegado confronto entre gratuidade do ensino superior público; e a escassez de recursos federais, estaduais e municipais.

Planos de aumento de vagas procurando atender à procura crescente, sem levar em conta as variáveis envolvidas, pouco ou nada contribuem para proteger as instituições de ensino superior dos efeitos negativos de uma superpopulação e para preservar a qualidade e a produtividade de um bom número de universidades que respondem por grande parte da pós-graduação e da pesquisa no país.

A falta de soluções que permitam, ao mesmo tempo, preservar a qualidade e atender à procura opõe-se à proposta de liberar a matrícula para todos os candidatos que se qualifiquem.

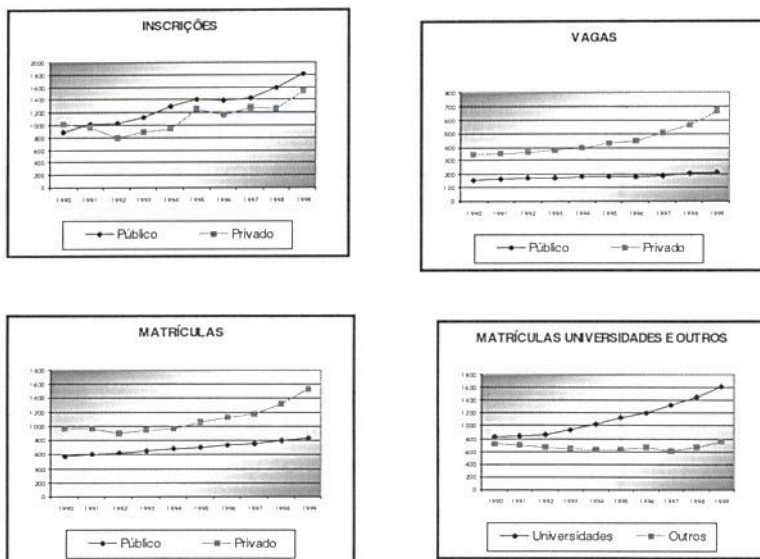
---

<sup>1</sup> Professor Honorário do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Essa seria a solução socialmente justa mas que, nas condições atuais, iria colocar em risco a capacidade de pesquisa e formação de recursos humanos qualificados, essencial ao desenvolvimento do país. No confronto entre universidade como “instituição social” concentrada na busca do conhecimento e na análise, na crítica e na difusão das idéias, e universidade como “organização social” (CHAUI, 1999) voltada para a produção de resultados, a universidade pública deve responder aos dois desafios: buscar o conhecimento por seu valor intrínseco e sem vínculos com sua aplicação; e procurar contribuir para o progresso social, econômico e cultural do país através da pesquisa científica aplicada e da formação de recursos humanos qualificados.

A figura 1 dá uma visão geral de como evoluíram, entre 1990 e 1999, nas instituições públicas e nas instituições privadas: *a)* número de inscritos; *b)* número de vagas; *c)* número de matrículas; e *d)* número de matrículas em universidades e em outras instituições de ensino superior.

FIGURA 1 – Inscrições em vestibular; vagas e matrículas em ensino superior 1990-1999 (valores em ordenadas X 1.000)



De 1980 a 1999 (BRASIL, 2000a,2000b) o número de vagas evoluiu de 408.814 para 894.390 com grande predomínio do ensino privado que passou de 68,6% a 75,5% das vagas. A procura, medida pelo número de inscritos, aumentou de 1.803.567 para 3.344.273. A relação candidato/vaga foi respectivamente 4,41 e 3,74 com considerável diferença entre ensino público, em que essa relação passou de 6,71 para 8,26, e o ensino privado que diminuiu de 2,94 para 2,28.

O mesmo comportamento se observa quando a análise se concentra nas universidades: em 1980, as 45 universidades existentes ofereciam 110.578 vagas a 750.000 candidatos (relação 6,78) e as 20 universidades privadas tinham 396.518 candidatos para 131.859 vagas (relação 3,01). Já em 1998, o número de candidatos nas 77 universidades públicas foi 1.440.137 para 172.295 vagas (relação 8,36) e nas universidades privadas 750.190 candidatos para 329.763 vagas (relação 2,27).

Tanto a oferta de vagas como o número de candidatos inscritos variam bastante com a dependência administrativa, com a região e com a área de conhecimento. Em 1998, entre as universidades públicas predominaram as 39 federais com 50,4% das vagas e as 31 estaduais com 35,6%, cabendo às 7 municipais 14,1%; as relações candidato/vaga foram respectivamente 9,36, 9,28 e 2,42.

Por região, em 1999 a oferta de vagas em ensino superior foi de 1,92 por 1.000 habitantes no Norte, 1,99 no Nordeste, 6,89 no Sudeste, 5,79 no Sul e 5,10 no Centro-Oeste.<sup>2</sup>

Por área de conhecimento, em 1998 predominaram ciências sociais aplicadas com 42,5% das vagas e humanas com 15,4% seguidas por exatas e da terra, 11,9%; saúde, 11,3%; lingüística e artes, 7,0%; agrárias, 2,4%; e biológicas, 2,0%. A distribuição dos inscritos em vestibular foi bastante próxima, menos para saúde com 23,1% e lingüística, letras e artes com 4,1%.

As diferenças entre áreas de conhecimento na relação candidato/vaga são evidentes na Universidade de São Paulo (1999)

---

<sup>2</sup> Sem DF a relação baixa para cerca de 4,0.

(quadro I) em que, no vestibular de 1998 para 121 cursos, os extremos foram 80,5 candidatos por vaga no curso de publicidade e propaganda matutino e 0,8 no curso de grego noturno; a média para 15 cursos da ECA foi 30,7 e para 39 cursos da FFLCH, 4,0.

QUADRO I - Número de candidatos por vaga em 121 cursos oferecidos pela USP no exame vestibular de 1998.

| Nº candidatos por vaga | Nº de cursos em que ocorreu |
|------------------------|-----------------------------|
| Mais de 50             | 4 cursos(*)                 |
| 40 a 49,9              | 2 cursos(**)                |
| 30 a 39,9              | 9 cursos                    |
| 20 a 29,9              | 16 cursos                   |
| 10 a 19,9              | 25 cursos                   |
| 5 a 9,9                | 28 cursos                   |
| Menos de 5             | 37 cursos                   |
| TOTAL .....            | 121 cursos                  |

(\*) publicidade e propaganda (mat.), 80,5%; fisioterapia, FMSP, 51,8%; editoração, (mat.), 51,0%; turismo (not.), 50,8%.

(\*\*) medicina, FMSP, 43,6%; engenharia de computação, EP, 43,0%.

A distribuição por área de conhecimento escolhida pelos candidatos na inscrição para exame-vestibular não traduz fielmente as suas preferências profissionais, científicas ou culturais. Pode ocorrer que eles optem por áreas em que o número de vagas é maior e há menos concorrência para terem maior probabilidade de sucesso. A análise dos dados da FUVEST para a USP em 1997 (PINHO, 2000) apóia essa interpretação. Um conjunto de opções disciplinares foi dividido em dois sub-conjuntos: *A* - medicina, direito, engenharia e ciências exatas; e *B* - englobando as carreiras oferecidas pela FFLCH – ciências sociais, filosofia, geografia, história, letras e bacharelado em física. No subconjunto A, altamente competitivo, 21,7% dos inscritos vinham de escola pública estadual



e 60,9% de ensino privado;<sup>3</sup> no subconjunto B, em que há menor competição e maior probabilidade de sucesso, 48% dos inscritos vinham de escolas públicas estaduais e 35% de escolas privadas. Esses dados sugerem que os alunos de escolas públicas, sentindo-se menos preparados para enfrentar a forte competição no subconjunto A, optam pelo B onde há maior probabilidade de sucesso.

Também há indicações de que, enquanto a procura por vagas nas instituições públicas se mantém alta, ela pode declinar nas instituições privadas. Das 219.389 vagas oferecidas pelas instituições públicas a 1.806.208 candidatos em 1999, 96,3% foram preenchidas, enquanto que nas instituições privadas 675.801 vagas foram oferecidas a 1.538.065 candidatos mas 142.250 vagas, 21,1% da oferta, não foram utilizadas. Todas estas variáveis devem ser levadas em conta ao se discutir uma solução adequada para atender ao crescente aumento da procura, em que há grande preferência por universidades. De 1.398.753 “excedentes” em 1980 passamos a 2.600.244 em 1999. E, enquanto temos apenas 11% da faixa etária 18 a 24 anos em curso superior, os percentuais são 55% para Estados Unidos, 33% para Reino Unido e, em média, 26,7% para 7 países da América Latina<sup>4</sup> (DURHAM, 1998).

O Ministério da Educação estabelece como uma de suas prioridades um aumento significativo e acelerado das matrículas em ensino superior com forte participação das instituições públicas. Com um aumento de vagas de 10% ao ano sobre o ano anterior, o que não está muito distante do aumento nos últimos 10 anos,<sup>5</sup> chega-se, por volta de 2007, a um número de vagas que conduz a cerca de

---

<sup>3</sup>Além dos 2 grupos, fazem parte de cada subconjunto candidatos com histórico misto e candidatos vindos de escolas técnicas federais.

<sup>4</sup> Argentina, 39,9%; Bolívia, 20,6%; Peru, 33,1%; Chile, 20,6%; Uruguai, 30,2%; Venezuela, 21,6%; Cuba, 20,6%.

<sup>5</sup> A oferta de vagas passou de 466.795 em 1989 para 894.390 em 1999, o que corresponde a um aumento de 6,5% sobre o ano anterior em 9 ou 10 anos.

5 milhões de matrículas<sup>6</sup> (20% da faixa 18 a 24 anos e 2,6% da população) e, em 2010, cerca de 7 milhões (quadro II).<sup>7</sup>

QUADRO II - Exercício sobre nº de vagas e matrículas a ser alcançado em ensino público e privado com um aumento das vagas de 10% sobre o ano anterior

| Ano  | Ensino Público |      | Ensino Privado |      | Total    |      |
|------|----------------|------|----------------|------|----------|------|
|      | (x 1000)       |      | (x 1000)       |      | (x 1000) |      |
|      | V              | M    | V              | M    | V        | M    |
| 1999 | 218            | 832  | 676            | 1538 | 894      | 2370 |
| 2004 | 337            | 1314 | 1087           | 3043 | 1964     | 4357 |
| 2007 | 448            | 1747 | 1446           | 4048 | 1894     | 5795 |
| 2010 | 596            | 2324 | 1925           | 5390 | 2521     | 7315 |

Se o ritmo de aumento de matrículas no ensino privado diminuir, como sugere o não preenchimento de 21% das vagas em 1998 e 1999, o ritmo do ensino público terá que aumentar. Por exemplo, se o ensino privado se fixasse nas 1,5 milhões de matrículas de 1999, o aumento de vagas no ensino público teria que subir para 15% sobre o ano anterior, chegando-se a cerca de 880.000 em 2009 e 1,4 milhões em 2.013, para se alcançar respectivamente os 5 milhões e 7 milhões de matrículas previstas para 2007 e 2010 ao ritmo geral de 10%.

Em síntese, um programa viável de aumento de matrículas no ensino público superior que responda à procura e atenda à prioridade de se elevar o nível de educação e ampliar a sua abrangência terá que levar em conta o comportamento do ensino privado.

<sup>6</sup> Nos cálculos, levou-se em conta que, ao longo dos últimos 10 anos, em média, uma vaga corresponde a 3,9 matrículas nas instituições públicas e 2,5 nas instituições privadas.

<sup>7</sup> Para ter um ritmo de aumento de 10% sobre o ano anterior mantendo as mesmas proporções entre ensino público e privado do período 1980-1989, o ritmo do ensino privado pouco terá que aumentar, mas o do ensino público terá que ser 3 a 4 vezes maior do que vem sendo nos últimos anos.

Aumentos na escala admitida no exercício acima causam grande sobrecarga do corpo docente e das instalações e colocam em sério risco a qualidade do ensino de graduação e pós-graduação e da pesquisa, uma vez que 90% da procura por matrícula no ensino público superior vêm se concentrando nas 77 universidades públicas cabendo apenas 10% às 132 instituições públicas isoladas.<sup>8</sup> Acresce que quase metade das universidades públicas estão concentradas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde a procura por vagas representa apenas 35% do total.

Uma possível solução para evitar esse risco seria oferecer matrícula nas instituições públicas isoladas aos candidatos aprovados em vestibular nas universidades mas que não consigam vaga. O número de institutos isolados e o corpo docente poderiam ser aumentados, abrindo-se oportunidades de trabalho para os que concluem a pós-graduação. Esta solução combina com o fato de que, das 132 unidades públicas isoladas, 84 estão no Sudeste e Sul, onde é maior a procura por vagas e onde também está concentrada a pós-graduação, que poderá ser a grande fonte de novos docentes.

Também pode ser considerado concentrar o aumento em universidades menos produtivas em pós-graduação e pesquisa como forma de proteger as instituições de maior destaque nessas atividades. Essa política discriminatória, que cria para boa parte das universidades públicas dificuldades difíceis de superar no futuro, só se justifica como solução de emergência no interesse de preservar alguns centros de excelência em pesquisa e pós-graduação, essenciais ao desenvolvimento e dos quais o país não pode prescindir.

Cabe também considerar até que ponto seria viável aumentar anualmente, durante 8 a 10 anos, entre 10 e 15% ao ano sobre o ano anterior, o número de vagas nas universidades públicas em geral, sem prejuízo da qualidade da pesquisa e do ensino superior em todos os níveis. Entre as medidas que seriam necessárias, podem ser citadas:

---

<sup>8</sup> Números para 1998.



- assegurar autonomia didático-científica, administrativa e financeira e dotação global às universidades públicas para que possam ajustar o número de docentes e pessoal de apoio, salários, regime de trabalho e outras fontes de despesas aos recursos disponíveis;
- excluir da dotação global salários e benefícios dos aposentados, custos de hospitais de ensino, etc;
- além da dotação global, cujo valor deve ser calculado na base do desempenho em ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão e prestação de serviços, estabelecer um fundo federal e fundos estaduais e municipais para suplementar a dotação global de cada universidade em função de seus planos plurianuais de expansão de ensino e pesquisa.
- criar incentivos que estimulem as empresas a investir em projetos de pesquisa com universidades;
- recuperar a capacidade de fomento do CNPq e das fundações e fundos estaduais de amparo à pesquisa nos níveis que foram estabelecidos em cada unidade da Federação nas constituições de 1989.

Esta última condição é essencial para que as universidades possam desenvolver suas atividades de pesquisa e pós-graduação. Com uma dotação anual de 0,3% a 3,0% da arrecadação de impostos estaduais, estas fundações e fundos contribuirão com o total de 300 a 350 milhões de dólares por ano para pesquisa e pós-graduação e para formação e fixação de pesquisadores, de acordo com as prioridades e oportunidades em cada Estado. Atualmente, embora 21 estados e DF já tenham instalado as suas fundações ou fundos, apenas seis fundações estão mantendo uma atividade regular, e destas, só a FAPESP vem recebendo com regularidade a dotação que a Constituição do Estado lhe atribui (CARVALHO DA SILVA, 2000a). A soma das quantias recebidas pelas outras 5 fundações durante o período de 1994-1999 corresponde apenas a 18,9% dos 1.468 milhões de reais que deviam ter sido transferidos nos 6 anos e com variações que vão de 4,9% a 97,4% do que deveria ter sido transferido no ano (Quadro III).

Quadro III - Variações nas transferências de recursos em seis fundações de amparo à pesquisa entre 1994 e 1999

| Fundação e Percentual Previsto na Constituições | Total que devia ser transferido entre 1994 e 1999 (R\$ X 1000) | Transferido em percentual do total | Máximos das transferências realizadas | Mínimos das transferências realizadas |
|---|--|------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| FAPESP (1,0%)                                   | 983.163  | 99,0%                              | 101,4%                                | 96,4%                                 |
| FAPEMIG (1,0%)*                                 | 317.945  | 48,9%                              | 83,6%                                 | 6,2%                                  |
| FAPERJ (2,0%)**                                 | 796.170  | 12,9%                              | 23,9%                                 | 4,9%                                  |
| FAPERGS (1,5%***)                               | 210.193  | 21,0%                              | 25,9%                                 | 12,7%                                 |
| FAPEPE (1,0%)                                   | 67.897   | 17,6%                              | 18,5%                                 | 8,2%                                  |
| FAP.DPF (2,0%)                                  | 76.146   | 40,6%                              | 97,4%                                 | 4,3%                                  |

\* 3% até 1994; 0,5% em 1995; 0,7% em 1996; 0,8% em 1997; 1,0% a partir de 1998.

\*\*1,5% em 1990; 2,0% a partir de 1991.

\*\*\* Dados para 1994 a 1998.

As fundações e fundos estaduais,<sup>9</sup> combinadas com os “fundos setoriais (SILVA, 2000b) que estão sendo implantados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, poderão assegurar recursos suficientes para pesquisa e pós-graduação de bom nível em todas as unidades da Federação, desde que CAPES e CNPq mantenham seus programas de bolsas.

Alega-se também que o nosso aluno de ensino superior público é muito caro e que uma grande expansão, a curto prazo, das matrículas acarretaria custos insuportáveis para o governo federal e para os estados e municípios, tornando inevitável o ensino público pago, o que, para muitos, já seria necessário nos níveis atuais.

<sup>9</sup> Na Bahia a Constituição foi modificada em 1994 e eliminou a fundação, sob a alegação de que suas atividades já estavam sendo desenvolvidas pelo CADCT. Na Paraíba existem duas fundações: FAPESQ-PB e FAPEP; no Maranhão a FAPEMA foi extinta em 1998; no Paraná, a Fundação Araucária ficou vinculada ao Fundo Paraná, recebendo uma parcela do previsto para o Fundo.

O custo médio por aluno depende dos componentes incluídos entre os recursos atribuídos à instituição. Na análise de Durham (1988) para 1998 ele varia entre: R\$17.130, se forem incluídos os custos com inativos e precatórios; R\$13.208, se excluído o pagamento dos inativos; e R\$ 12.262, se forem excluídos também os precatórios. Mesmo aceitando este último valor, argumenta-se que o nosso custo médio é muito alto em comparação com os países mais desenvolvidos. Em 1994, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Suíça e Japão estavam numa faixa entre 10.370 e 12.900 dólares e 11 outros países da Europa e 2 do Pacífico (USP, 2000) apresentavam valores entre 3.770 dólares para Espanha e 8.720 para Noruega.<sup>10</sup> Todavia, é necessário levar em conta o quanto a comparação com outros países é influenciada por nossa política cambial. Ao câmbio atual, ao redor de R\$2,00 por dólar, o custo médio por aluno nas universidades federais acompanha a média de 6.763 dólares para os países da Europa e do Pacífico. Acresce que os valores altos para as nossas IES resultam, em parte, de um grande número de unidades de pequeno alunato. Em 1998, a média para 12 universidades<sup>11</sup> com atividade em pesquisa e pós-graduação e responsáveis por 53% dos alunos de graduação nas universidades federais foi de R\$ 8.754, equivalente a cerca de 4.370 dólares. Em contraste, ainda em 1998, treze centros e faculdades isoladas<sup>12</sup> que somam apenas 3,35% do alunato tiveram um custo médio por aluno de 20.707 reais, (US\$ 10.350), sem incluir o gasto com inativos e precatórios.

Também se fazem comparações com países desenvolvidos mostrando que neles, mesmo quando o ensino superior é em grande parte financiado pelo Estado, os estudantes pagam anuidades, havendo bolsas para os alunos de menor poder aquisitivo que devem

---

<sup>10</sup> Em US dólares: Alemanha, 6.550; Bélgica, 6.850; Dinamarca, 6.710; Espanha, 3.770; França, 6.020; Holanda, 8.720; Suécia, 7.120; Austrália, 6.550; Nova Zelândia, 6.080.

<sup>11</sup> UFPE, UFBA, UnB, UFSC, UFMG, UFRJ, UFSCAR, UFRS, UFCE, UFPB, UFPA, UFPR.

<sup>12</sup> CEFET, RJ; CEFET, MG; CEFET, PR; CEFET, MA; CEFET, BA; EFEOA; EFEI; FUNREI; FMTM; FAFOD; FFFCMPA; FCAP; ESAM.

ser reembolsadas após a conclusão do curso. No Reino Unido (SGUISSARDI, 1999) onde as universidades são particulares, o governo contribui com 76,6% dos recursos, outras fontes com 13,9% e os alunos com apenas 7,6%. Nos Estados Unidos (RISTOFF, 1999), onde as universidades públicas respondem por 80% das matrículas, a união participa com 76% dos 50 bilhões de dólares destinados a auxílios e bolsas para estudantes e pretende alcançar 85%; na Alemanha (GAUGER, 2000) onde, com muitas raras exceções, as universidades são públicas, união e estados destinam anualmente um bilhão de dólares para bolsas.

Afirma-se ainda que o custo do ensino público federal – cerca de 6 bilhões de reais por ano - já é muito elevado e absorve totalmente a Fonte 121. Mesmo transferindo-se a outras fontes o pagamento dos inativos, os recursos não seriam suficientes para corrigir o salário de docentes e servidores pela inflação durante o Plano do Real nem para repor as quase 8.000 vagas de docentes e 17.000 de servidores (SCHWARTZMAN, 1998).

Na busca de um acordo entre tendências divergentes e face aos dilemas colocados pela realidade atual, pode-se admitir “in extremis” que, se em um programa de aumento acelerado de vagas nas instituições públicas de ensino superior solidamente formulado e acolhido por União, Estados, municípios e lideranças acadêmicas se colocar como condição única de viabilidade o pagamento de anuidades, essa condição poderá ser aceita mas desde que haja garantias de um volume suficiente de recursos para bolsas destinadas a alunos de menor renda, a liberação desses recursos seja ágil e, no caso de reembolso, se levem em conta as possibilidades econômicas do ex-bolsista.

Resumindo, um programa de aumento acelerado de vagas no ensino superior público deve ser visto como prioridade social; ele deve abranger todas as regiões do país e ser acessível a toda a população na faixa etária de 18 a 24 anos independentemente do poder aquisitivo, o que torna indispensável uma recuperação do ensino público básico. Sem preencher estas condições e mantendo-se a prática do limite de vagas, o ensino superior público gratuito



continuará sendo mais acessível aos candidatos vindos de escolas particulares. O aumento de custos deve ser absorvido por União, estados e municípios como parte de uma política orientada para o desenvolvimento social econômico e cultural do país. É componente essencial a recuperação das fundações e fundos de amparo à pesquisa em todas as unidades da Federação para que as universidades possam desenvolver pesquisa e ensino de graduação e pós-graduação em níveis crescentes de qualidade e quantidade. Se a cobrança de anuidades se mostrar imprescindível para a implantação desse programa, ela deve estar acompanhada de um eficiente sistema de bolsas para atender aos estudantes de renda mais baixa. Em não sendo tomadas medidas adequadas para proteger a qualidade do ensino e da pesquisa, um programa de aumento acelerado de vagas pode levar o ensino superior público à mesma deterioração sofrida pelo ensino público básico. Nesse caso, em vez de uma contribuição para o desenvolvimento, os efeitos poderão ser negativos por resultarem na desorganização de universidades que atualmente desenvolvem trabalho de bom nível em ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Evolução do ensino superior-graduação, 1990-1998*. Brasília, 2000a.
- CARVALHO da SILVA, A. Descentralização em política de ciência e tecnologia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 61-73, 2000a.
- CARVALHO da SILVA, A. *Pesquisa e desenvolvimento no Brasil atual*: alguns aspectos de seu planejamento. [S.l.: s.n.], 2000b. Mimeografado.
- CHAUÍ, M. *A universidade em ruínas*. In: TRINDADE, H. (Org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 211-222.
- CHAUÍ, M. *Números da educação no Brasil*. Brasília, 2000b.
- DURHAM, E. – *As universidades públicas e pesquisa no Brasil*. São Paulo: NUPES-USP, 1998. Mimeografado.
- DURHAM, E. R. Uma política para o Ensino Superior Brasileiro: Diagnóstico e Proposta. NUPES-USP, Doc. 1/1998.



GAUGER, J. D. Entre Humboldt e “hightech”: sistema e reforma do ensino superior na Alemanha. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, n. 6, p. 83-103, 2000.

PINHO, A. G. *Reflexões sobre o papel do concurso vestibular para as universidades públicas*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 2000. (Educação para a Cidadania).

RISTOFF, D. J. Boyer Commission: o modelo americano em debate. In: TRINDADE, H. (Org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 75-86, 1999.

SCHWARTZMAN, J. Questões de financiamento nas universidades brasileiras. [S.l.: s.n.], 1998. Mimeografado.

SGUISSARDI, V. Dearing Report: novas mudanças na educação superior inglesa?. In: TRINDADE, H. (Org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 95-116.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *A presença da universidade pública*. São Paulo, 2000.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Anuário estatístico*. São Paulo, 1999.